



**Informação nº:** 379/2014 – SECONT/3ªDICONT

Brasília (DF), 13 de novembro de 2015.

**Processo nº:** 15.696/2013

**Apenso nº:** 480.001.206/2010

**Jurisdicionada:** Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

**Assunto:** Tomada de Contas Especial – TCE.

**Valor envolvido:** R\$ 106.065,97 (atualizado em 03/11/2015, fl. 108)<sup>1</sup>

**Ementa:** TCE. PMDF. Irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade. Citação. Revelia. Contas irregulares. Notificação. Recurso de reconsideração. Pelo não provimento.

Senhor Secretário,

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da PMDF, neste caso, do **militar Orlando Pereira Gomes**.

2. Por meio da Decisão nº 6.395/14 (fl. 71), esta Corte o considerou revel para todos os efeitos e julgou irregulares estas contas, notificando-o para recolher o débito apurado.

3. Irresignado, o militar interpôs a peça de fls. 77/93, conhecida pela Decisão nº 1.669/15 como recurso de reconsideração e encaminhado a esta Unidade Técnica para manifestação.

4. Dessa forma, passamos à análise do referido recurso.

---

<sup>1</sup> Valor do débito apurado, conforme fls. 59 e 71.



## DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

**SR. ORLANDO PEREIRA GOMES** (fls. 77/93)

### Argumento

5. Preliminarmente, afirma o recorrente ter ocorrido a prescrição das pretensões reparatórias, ante a ausência de ato ilícito (fls. 78/81).

### Análise

6. A questão aqui debatida gira em torno do ressarcimento ao erário, sem adentrar na seara da improbidade administrativa ou do delito penal. No caso de outros delitos (improbidade administrativa ou crime penal militar), a competência para apurar essas faltas seria do MPDFT, nada impedindo que o TCDF, dentro de suas competências, buscasse o ressarcimento ao erário.

7. Em decisão recente o Supremo Tribunal Federal - STF reafirmou a imprescritibilidade das ações de ressarcimento sem delimitar se sua incidência se daria em ações de improbidade ou não, ou seja, aplica-se a qualquer ação de ressarcimento:

#### STF

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPRESCRITIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF).

**2. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ de 10.10.08, fixou entendimento no sentido da imprescritibilidade da ação de ressarcimento de dano ao erário.**

3. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "AGRAVO. DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. IMPRESCRITIBILIDADE. 1. Matéria possível de ser julgada por meio de decisão monocrática, na forma do art. 557 do Código de Processo Civil, haja vista a manifesta improcedência da pretensão recursal. 2. A pretensão ressarcitória é imprescritível, nos termos do que dispõe o art. 37, §5º, da constituição federal. Precedentes dos tribunais. RECURSO DESPROVIDO."

4. Agravo regimental desprovido.

(AI 848482 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/11/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-035 DIVULG 21-02-2013 PUBLIC 22-02-2013).



8. Assim, não ocorre a prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e respectivos ressarcimentos.

### Argumento

9. Alega que, de fato, restou evidenciada sua mudança para a cidade de Fortaleza – CE, sendo legítima a percepção do valor a título de indenização de transporte (fl. 81).

### Análise

10. Diferentemente do afirmado, o beneficiário não apresentou documentos que comprovassem a fixação de residência, conforme exigido pelas normas e legislação vigentes. Os documentos acostados ao processo de concessão são frágeis, não dando suporte à comprovação de sua efetiva mudança.

11. A Portaria nº 107/1996 exigia, por parte do beneficiário, a comprovação de domicílio em até 90 (noventa) dias e, ainda, estabelecia que o mesmo estaria sujeito à fiscalização da Corporação pelo **prazo de 1 (um) ano**, sob pena de medidas administrativas, disciplinares e judiciais. Todavia, o beneficiário não comprovou a situação exigida.

12. Assim, improvido o argumento apresentado.

### Argumento

13. Destaca que o requerente agiu, a todo tempo, de boa-fé, sem ter dado causa a pagamento indevido e reproduz parte do Voto de Vista do então Conselheiro Jacoby Fernandes, no Processo nº 277/02, no qual defende a dispensa de restituição de valores recebidos indevidamente, quando presente a boa-fé, aliada ao caráter alimentar dos proventos.

14. Assim, entende que, não sendo responsável pelo pagamento da verba indenizatória e também que por tê-la considerada devida, agiu de boa-fé.

15. Por fim, solicita que seja julgada procedente a pretensão do recorrente, declarando-se a inexigibilidade da obrigação de ressarcir o erário distrital, em homenagem aos princípios da boa-fé e da segurança jurídica (fls. 82/93).



## Análise

16. Equivoca-se o recorrente, ao tentar adequar aquele entendimento à matéria tratada neste Processo. Lá, acompanhava-se o recebimento de ajuda de custo para missão no exterior, enquanto aqui examina-se a indenização de transporte, que não possui caráter alimentar. De qualquer forma, o Voto do Conselheiro Jacoby Fernandes foi rejeitado pelo Plenário, conforme Decisão nº 2.264/04, que acompanhou o 2º Revisor, Conselheiro Ronaldo Costa Couto, pela improcedência da defesa apresentada.

17. Vale lembrar, ainda, que nestes autos foi constatada a má-fé do beneficiário, que simulou a mudança de domicílio para obtenção da verba indenizatória. Note-se que o referido militar recebeu o valor devido para o transporte da sua mobília (50m³) e quando questionado pela CTCE sobre o traslado da bagagem, negou que tivesse feito a mudança (fls. 15\* e 61\*).

18. Portanto, não merecem guarida os argumentos trazidos pelo recorrente, devendo ser negado provimento ao recurso em tela.

## CONCLUSÃO

19. O recurso de reconsideração, interposto pelo **Sr. Orlando Pereira Gomes**, não trouxe argumentos capazes de reverter o entendimento quanto a sua responsabilidade nos autos, devendo o Tribunal negar provimento ao recurso, conforme análise apresentada nesta Informação.

## SUGESTÕES

20. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. negue provimento ao recurso de reconsideração de fls. 77/93, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 6.395/14 e dos Acórdãos nºs 726 e 727/14;
- II. em consequência, notifique o recorrente identificado no § 19 desta Informação, acerca do não provimento de seu recurso, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito que lhe foi atribuído neste Processo;
- III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.

À superior consideração.